

ABORDAGEM CONCEITUAL DA NATUREZA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E CONTEXTUALIZAÇÃO NA GEOGRAFIA ESCOLAR

CONCEPTUAL APPROACH TO NATURE: THEORETICAL PERSPECTIVES AND
CONTEXTUALIZATION IN SCHOOL GEOGRAPHY

APROXIMACIÓN CONCEPTUAL A LA NATURALEZA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS
Y CONTEXTUALIZACIÓN EN LA GEOGRAFÍA ESCOLAR

Ivamauro Ailton de Sousa Silva¹

Rosineire Maria dos Santos²

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo realizar uma revisão teórica e analisar a discussão sobre a abordagem da natureza na Geografia escolar. De maneira específica, pretende-se investigar os conteúdos abordados nos livros didáticos de Geografia e verificar as interpretações dos conceitos identificados pelos alunos do Ensino Fundamental II. A elaboração desta pesquisa ocorreu, por meio das seguintes etapas: revisão teórica; definição e análise dos livros didáticos; elaboração e aplicação de questionários em sala de aula; análise dos conceitos; e demonstração e interpretação dos resultados encontrados. Os resultados revelam que a abordagem da natureza é muito discutida no Ensino Fundamental II, abrangendo, principalmente, assuntos referentes aos elementos físico-naturais da paisagem, em articulação com a dimensão social. A estrutura proposta nos livros didáticos de Geografia revela evolução e adequação da forma de abordagem dos conteúdos da natureza, concebida em quatro perspectivas conceituais: recurso, força natural, objeto e sujeito. O estudo permitiu demonstrar que a maioria dos alunos representa a natureza categoricamente, através dos elementos físico-naturais, embora tenha se verificado que os estudantes compreendem que a sociedade e/ou as intervenções sociais fazem parte da natureza, no âmbito das transformações. Conclui-se que a discussão sobre natureza contribui para a compreensão de um dos pressupostos fundantes da Geografia: a relação sociedade e natureza.

Palavras-chave: Natureza; Ensino de Geografia; Práticas educativas.

Abstract: This research aims to conduct a theoretical review and analyze the discussion about the approach to nature in school Geography. Specifically, it intends to investigate the contents addressed in Geography textbooks and verify the interpretations of the concepts identified by students of Elementary School II. This research was carried out in the following stages: theoretical review, definition and analysis of the textbooks, preparation and application of questionnaires in the classroom, analysis of the concepts and demonstration and interpretation

¹ Mestre em Geografia e Professor substituto da Universidade Federal de Rondonópolis. E-mail: ivamauro@hotmail.com. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3526972062727703>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-6245-7204>.

² Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Campus de Cáceres-MT. E-mail: enzoemeire2017@hotmail.com Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5420057316468357> Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-3486-251X>.

of the results. The results reveal that the approach to nature is very much discussed in Elementary School II, covering, mainly, issues related to landscape's physical-natural elements, in articulation with the social dimension. The structure proposed in Geography textbooks reveals evolution and adequacy regarding the approach to nature contents, conceived in four conceptual perspectives: resource, natural force, object and subject. The study allowed demonstrating that most students represent nature categorically, through physical-natural elements, although it was verified that students understand that society and/or social interventions are part of nature, in the scope of transformations. It is concluded that the discussion about nature contributes to the understanding of one of the founding assumptions of Geography: the relationship between society and nature.

Keywords: Nature; Geography teaching; Educational practices.

Resumen: Esta investigación tiene como objetivo realizar una revisión teórica y analizar la discusión sobre el enfoque de la naturaleza en la Geografía escolar. En concreto, se pretende investigar los contenidos abordados en los libros de texto de Geografía y verificar las interpretaciones de los conceptos identificados por los alumnos de la Escuela Primaria II. El desarrollo de esta investigación se produjo a través de los siguientes pasos: revisión teórica; definición y análisis de libros de texto; elaboración y aplicación de cuestionarios en la clase; análisis de conceptos; y demostración e interpretación de los resultados encontrados. Los resultados revelan que la aproximación a la naturaleza es muy discutida en la Escuela Primaria II, abarcando principalmente cuestiones relacionadas con los elementos físico-naturales del paisaje, en articulación con la dimensión social. La estructura propuesta en los libros de texto de Geografía revela la evolución y adecuación del abordaje de los contenidos de la naturaleza, concebidos en cuatro perspectivas conceptuales: recurso, fuerza natural, objeto y sujeto. El estudio permitió demostrar que la mayoría de los alumnos representan la naturaleza de forma categórica, a través de elementos físico-naturales, aunque se verificó que los alumnos entienden que la sociedad y/o las intervenciones sociales forman parte de la naturaleza, en el ámbito de las transformaciones. Se concluye que la discusión sobre la naturaleza contribuye a la comprensión de uno de los supuestos fundacionales de la Geografía: la relación entre sociedad y naturaleza.

Palabras clave: La naturaleza; Enseñanza de la Geografía; Prácticas educativas.

Introdução

O conhecimento geográfico faz parte da formação dos sujeitos, durante os diferentes níveis escolares. Os conteúdos deste componente curricular são importantes na compreensão de temáticas sobre o cotidiano (lugar) e para o deciframento de componentes físico-naturais, de aspectos sociais e culturais e de temas norteadores sobre política, sobre economia, sobre meio ambiente e sobre elementos, pertinentes à relação sociedade-natureza:

A geografia, num contexto em que se classifica e se pratica uma ciência disjunta, individualizada através de objetos que devem ser diferentes e únicos a cada ciência, se propõe uma ciência da relação natureza e sociedade, uma ciência da conjunção do natural e do social. É por essa razão que Milton Santos vai dizer que a “Geografia tem um discurso unitário e um método dual”. Ao se referir ao método dual quer dizer construiu uma análise da natureza utilizando-se dos métodos das ciências naturais e uma análise do espaço

construído utilizando-se dos métodos da ciência social (SUERTEGARAY, 2003b, p. 44).

Estas diferentes formas de conceber e de tratar a relação da natureza com a sociedade configuraram, no momento contemporâneo, diferentes formas de pensar a Geografia. Nesse sentido, o ato de ensinar Geografia coloca o trabalho docente diante de duas discussões fundamentais. A primeira, se refere à relação ensino-aprendizagem, enquanto tal; e a segunda, se refere à própria Geografia, ciência-objeto de uma gama muito particular de discussões, principalmente, no que se refere a seus pressupostos teórico-metodológicos (SILVA, 2004).

Dessa forma, a ciência geográfica apresenta diversas abordagens, que se articulam com outras áreas do conhecimento, das quais se destacam, por exemplo, temáticas sobre a “natureza”, sobre a paisagem, sobre as cidades, sobre os espaços rurais, sobre a economia, sobre a população, sobre a cultura, sobre o ensino, entre tantos outros temas. A Geografia, como conteúdo curricular escolar, possibilita “a interligação da escola, por meio dos conteúdos curriculares, com a vida, considerando que a aprendizagem escolar pode ser a forma de permitir que a criança se reconheça, como sujeito de sua vida, de sua história” (CALLAI, 2010, p. 26).

Conforme Silva (2004), no ensino de Geografia, deve-se considerar a realidade no seu conjunto: o espaço é dinâmico e sofre alterações, em função da ação do ser humano, e este é um sujeito, que faz parte do processo histórico. Portanto, o aluno deve ser orientado, no sentido de se perceber como elemento ativo do seu processo histórico. Dessa forma, a “Geografia tem elementos, que contribuem para a formação do cidadão, para além do conhecimento que o estudante consegue absorver. O aspecto cognitivo, atribuído à função escolar, torna-se mais abrangente e complexo, na medida em que são considerados os conhecimentos significativos para a vida dos sujeitos” (SILVA; GOVEIA, 2020).

A intervenção dos professores se relaciona com os objetivos pedagógicos e com as práticas educacionais. A educação pode contribuir para os desenvolvimentos social e cognitivo dos sujeitos, embora os docentes devam atuar de forma mútua nos processos de ensino e de aprendizagem, na perspectiva da construção do conhecimento.

Para estabelecer esta dimensão, segundo Silva (2004), há a necessidade de reflexão sobre a realidade vivida pelo aluno e também se busca, nessa construção, considerar sua história e sua trajetória de vida, como possibilidades, que contribuem para que o aluno entenda o seu papel na sociedade: o de cidadão. Este autor complementa:

A grande contribuição da Geografia para a formação do aluno está na compreensão que ele terá da realidade. Ao estudar o espaço geográfico, por exemplo, o aluno refletirá sobre a análise da dinâmica social, da dinâmica da natureza e da inter-relação destas duas dinâmicas. É importante aqui destacar que, no ensino, professores e alunos deverão procurar entender que ambas, sociedade e natureza, constituem a base objetiva sobre a qual o espaço geográfico é construído (SILVA, 2004, p. 1).

No âmbito da Geografia escolar, a natureza é abordada, nos livros didáticos e, sobretudo, nos materiais destinados ao Ensino Fundamental II, etapa em que os alunos se aprofundam um pouco mais nesta temática e fase em que, muitas vezes, estão desenvolvendo estruturas cognitivas, para avançar na produção do conhecimento (SILVA, 2004; MORAIS, 2011). Nesse sentido, os conteúdos relacionados à natureza são relevantes e são destacados, de maneira interdisciplinar. Assim, busca-se realizar uma breve discussão acerca do conceito de natureza, de forma epistemológica, para sustentar teoricamente essa categoria. Fundamenta-se, o conceito, por meio dos aportes teóricos desenvolvidos por Suertegaray (2001, p. 80):

Desde sua autonomia enquanto ciência, a concepção de natureza veiculada pelos geógrafos constitui-se como algo externo ao homem. Natureza são os elementos ou o conjunto dos elementos formadores do planeta Terra, ou seja, ar, água, solos, relevo, fauna e flora. Esta separação constitui herança, como de resto nas demais ciências, das ideias de Descartes de separação entre natureza e homem, dessacralização da natureza, transformando-a em objeto e o homem em sujeito conhecedor e dominador desta.

No contexto epistemológico, a Geografia, pensada, por vezes, como o estudo da natureza, enquanto paisagem natural, portanto, como algo independente do ser humanos, ao se tornar autônoma, propõe uma concepção conjuntiva (Idem). Dessa forma, a natureza, enquanto categoria e enquanto dimensão conceitual discutida pela ciência geográfica, envolve distintos diálogos. Há discussões, que se relacionam a abordagens da Geografia Física, e outras, que enaltecem a perspectiva social, e ambas são temáticas de suma importância, para o desenvolvimento cognitivo e para a incorporação de conceitos e de pressupostos elementares da Geografia.

A problemática da pesquisa está fundamentada nas seguintes questões: a) De que forma a abordagem da natureza é concebida na conjectura da Geografia Escolar; e b) Até que ponto as perspectivas teóricas e as representações em sala de aula contribuem para a compreensão dos conceitos de natureza e para a incorporação dos pressupostos fundantes da Geografia? Diante desse contexto, busca-se, por meio deste estudo, apresentar uma revisão teórica sobre as

concepções de natureza e analisar os conteúdos e as abordagens sobre a natureza nos livros didáticos de Geografia. De forma complementar, pretende-se investigar os conceitos contextualizados nos materiais didáticos, avaliar as interpretações desenvolvidas pelos alunos e demonstrar a representação de natureza.

Elaborou-se, este artigo, por meio da revisão de literatura sobre assuntos norteadores acerca do conceito de natureza (Idem), cujas bases teóricas recaem sobre autores consagrados da ciência geográfica, que discutem o ensino de Geografia (CAVALCANTI, 2002; SILVA, 2004; CALLAI, 2010; MORAIS, 2011). O método adotado se apoiou no viés construtivista. Em seguida, procedeu-se à análise dos conteúdos nos livros didáticos de Geografia e, por último, foram feitas a discussão conceitual e a representação de natureza produzida pelos alunos, visando a estabelecer um aprofundamento sobre o tema investigado.

Reflexões sobre o ensino de Geografia: enfoques teóricos

Frequentemente, a disciplina de Geografia é considerada, pelos estudantes da Educação Básica, como matéria escolar enfadonha, descritiva e desinteressante, cujo objetivo é apenas a descrição das características dos elementos da natureza e dos arranjos sociais e espaciais. O ensino de Geografia deve apresentar conteúdos contextuais, atrelados às propostas pedagógicas numa linha socioconstrutivista, interdisciplinar, possibilitando a execução de atividades, para que o discente entre no processo de construção do conhecimento, como sujeito ativo nessa relação (CAVALCANTI, 2002).

De acordo com Castrogiovanni (2007), essa circunstância está relacionada ao excesso de práticas docentes pautadas no tradicionalismo, desenvolvidas por muitos professores, no decorrer das aulas, e que, apesar dos desdobramentos históricos e dos consideráveis avanços, no tocante ao ensino e à prática docente, ainda persistem nos espaços escolares, fazendo com que os estudantes observem esta área do saber como apenas mais uma disciplina do currículo formal, de caráter descritivo, abstrato e sem muito a acrescentar em seu cotidiano.

Conforme Rossato e Suertegaray (2014, p. 58), “[...] o ensino da Geografia tem, nas últimas décadas, passado por transformações significativas, particularmente, no que se refere às novas propostas pedagógicas e, também, aos conteúdos dos livros didáticos”. Contudo, poucas são as mudanças nas práticas educativas efetivas e na organização dos espaços escolares, frente às possibilidades oferecidas pelo mundo nesta contemporaneidade.

Por meio do ensino de Geografia, pode-se facilitar a compreensão do aluno, quanto à tarefa de fazer a leitura da paisagem, mas esta não pode tomada, apenas, como algo que a vista

alcança, mas, sim, observada além do geométrico aparente, no sentido de demonstrar o que está oculto, despertando, no discente, os desejos de conhecer e de desvendar as realidades da sociedade em que vivemos (SILVA, 2004).

Em relação ao conceito de paisagem, diversos autores da ciência geográfica se ocuparam de estudar o conceito, em diversas abordagens. De uma perspectiva clássica, a paisagem é concebida, na Geografia, como uma expressão materializada das relações do ser humanos com a natureza, em um espaço circunscrito. Para muitos, o limite da paisagem se atrelava à possibilidade visual (SUERTEGARAY, 2001).

Santos (2004, p. 103) define paisagem como “[...] o conjunto de formas, que, num dado momento, exprimem as heranças, que representam as sucessivas relações entre homem e natureza”. Fundamentado neste conceito, a relação ser humano-natureza é formadora da paisagem que vemos e que vivenciamos, bem como do ciclo formador do espaço geográfico, que está sempre em movimento. Com base nos referidos aportes, considera-se a discussão teórica sobre paisagem relevante, em decorrência da abordagem conceitual da natureza na Geografia escolar, ao se articular com temas, que norteiam os debates sobre paisagem (natural e cultural) e sobre as transformações da paisagem, resultantes das ações sociais.

A discussão envolvendo paisagem, enquanto categoria inserida no contexto conceitual de natureza, está presente na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2020), com destaque para as unidades temáticas e para os objetos do conhecimento, que norteiam as discussões sobre natureza e paisagem e as abordagens acerca da articulação entre natureza e sociedade no Ensino Fundamental – Anos Finais:

Trata-se, portanto, de compreender o conceito de natureza; as disputas por recursos e territórios que expressam conflitos entre os modos de vida das sociedades originárias e/ou tradicionais; e o avanço do capital, todos retratados na paisagem local e representados em diferentes linguagens, entre elas o mapa temático. O entendimento dos conceitos de paisagem e transformação é necessário para que os alunos compreendam o processo de evolução dos seres humanos e das diversas formas de ocupação espacial em diferentes épocas. Nesse sentido, espera-se que eles compreendam o papel de diferentes povos e civilizações na produção do espaço e na transformação da interação sociedade/natureza (BRASIL, 2020, p. 381).

No ensino de Geografia, deve-se considerar a realidade, em seu conjunto, pois o espaço é dinâmico e sofre alterações, em função das ações sociais, que fazem parte do processo histórico (SILVA; GOVEIA, 2020). Segundo estes autores, o aluno deve perceber tais modificações e interações entre sociedade e natureza. Essa articulação permite relacionar a

abordagem da natureza aos diversos fenômenos naturais e a outros acontecimentos e transformações, causados pela ação antrópica.

Assim, o ensino de Geografia permite a reflexão sobre as dinâmicas sociais e da natureza, contribuindo para a compreensão da interação entre ambas, o que se torna essencial na construção da compreensão das relações e das conexões existentes entre natureza e sociedade. No entanto, comumente, essa disciplina não é indicada como uma das mais atraentes por muitos estudantes. Nesse contexto de investigação, segundo Cavalcanti (2002, p. 110):

A atuação do profissional exige uma formação que dê conta da construção e reconstrução dos conhecimentos geográficos fundamentais e de seu significado social, não basta o professor ter o domínio da matéria, é necessário tomar posições sobre as finalidades sociais da Geografia numa determinada proposta de trabalho, é preciso que o professor saiba pensar criticamente a realidade social e que se coloque como sujeito transformador dessa realidade.

Conforme Callai (2010), julga-se relevante, de fato, a discussão sobre os significados do conhecimento geográfico como conteúdo escolar, ou seja, considera-se importante desenvolver abordagens e articulações, que promovam a contextualização da realidade do aluno. Nesse sentido, a Geografia possui elementos, que contribuem para a formação do estudante:

A escola em si como uma educação formal, terá que ter amparo metodológico para exercitar o olhar, a observação, a constatação, enfim, do que acontece no cotidiano e aí sim colocar tudo isso em um contexto mais amplo que permitirá a superação da dimensão individual e a construção do entendimento social, colocando os questionamentos nos planos da humanidade (Ibidem, p. 29).

Dessa forma, o ensino de Geografia desempenha um papel fundamental, pois permite estimular a reflexão e o debate sobre os distintos conteúdos ministrados, conforme o contexto vivenciado pelo aluno. Assim, busca-se, por meio da Geografia escolar, oportunizar os conceitos geográficos, no caso específico desta pesquisa, a abordagem da natureza, em diferentes escalas de análise. Essa dimensão possibilita contribuir com o entendimento dos pressupostos fundantes da Geografia: localização, distribuição espacial, analogias, diferenciação, causalidades (origem), dinâmicas e configurações da natureza e conexões com a sociedade.

As referidas conjecturas prestam suporte ao desenvolvimento do pensamento crítico, do contexto vivido, permitindo, ao aluno, a incorporação de habilidades, para compreender a

importância da apropriação do espaço, em suas diferentes escalas, considerando os aspectos sociais, técnicos, políticos e ambientais. No âmbito do ensino de Geografia, essas discussões são difundidas em diferentes fases escolares e se realizam, principalmente, nos livros de Geografia, recurso e material de apoio de professores e de alunos. Portanto, é um “importante instrumento de produção de conhecimento, através de leituras, de debates e de atividades, que incluem uma variedade expressiva de temáticas” (SILVA; GOVEIA, 2020, p. 90).

O livro didático no processo de ensino e de aprendizagem na disciplina de Geografia

O livro didático se apresenta como importante recurso, que auxilia na prática pedagógica do professor e no ensino de sala de aula (CAVALCANTI, 1998). Por isso, há a necessidade de se ter livros didáticos de qualidade e de que ocorra o desenvolvimento de atividades diferenciadas, que auxiliem no processo de formação dos alunos, contribuindo para a compreensão de conceitos e para o desenvolvimento crítico e social (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2007).

No contexto atual, os livros didáticos vêm sendo um dos recursos didáticos mais utilizado nas escolas públicas, e a aplicabilidade desses materiais é avaliada por professores e pelo Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD). O livro didático é um “instrumento de orientação ao professor e a seus alunos; faz-se necessário, ao professor, o uso desse recurso, de forma correta e clara, que se torna muito importante na realização do conhecimento” (BRASIL, 2009, p. 15).

Assim, o livro didático é um dos principais recursos utilizado pelos professores e pelos alunos, como elemento de estudo, de pesquisa e de apoio nos processos de ensino e de aprendizagem. Conforme Silva (2004), o professor tem a responsabilidade de selecionar o livro, que utilizará em seu fazer pedagógico. O livro, como instrumento de ensino, deve atender a intenções e a objetivos previamente elaborados pelo professor. Desta maneira, este autor esclarece que é fundamental que o professor tenha clareza de seus objetivos, antes de fazer esta escolha, mas é importante, também, que ele tenha as informações necessárias, para fazer uma análise crítica, que permita as adequadas comparação e seleção do material.

O livro didático é um recurso muito presente na prática escolar e, mesmo ocorrendo mudanças no espaço e no tempo da escola (RAUBER; TONINI, 2014), continua a ser um elemento central e um suporte às práticas de ensino e de aprendizagem dos temas trabalhados pela Geografia (COPATI, 2017).

Entretanto, os livros didáticos não têm uma distribuição regular e, muitas vezes, são escolhidos, mas não chegam às escolas (PINTO, 2016). Para este autor, o livro didático tem função importante, desde as séries iniciais, e, principalmente, no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, possibilitando a que os alunos os utilizem em sala de aula e fora dela.

Segundo Silva e Goveia (2020, p. 88), “o livro didático é um meio de comunicação e de conhecimento, dentro e fora da escola; é um instrumento de trabalho de professores e de alunos, sendo considerado essencial na escolarização e no cotidiano educacional”. Estes autores complementam:

[...] o livro didático ainda é, atualmente, um recurso de fundamental importância nos processos de ensino e de aprendizagem, mesmo sendo considerado um método tradicional, frente à inserção de novos recursos e de novas tecnologias no espaço escolar. Assim, o uso desta ferramenta se torna um auxílio, orientando e direcionando o professor nas propostas metodológicas (Ibidem, p. 89).

Dessa forma, o livro didático é instrumento utilizado por diversas disciplinas da Educação Básica, cada uma com seus conteúdos e com suas funções diferenciadas. A Geografia, enquanto disciplina escolar, utiliza o livro didático para abordar distintos conteúdos, relacionados à conjectura geográfica da conexão entre natureza e sociedade. Compreende-se que a Geografia é uma ciência complexa e dinâmica, ou seja, com temáticas de estudo, que estão em constante transformação. Por esse pretexto, é necessário que os livros didáticos apresentem dados e informações atualizadas e conceitos fundamentados, como forma de promover a ampliação e a difusão (com êxito) dos processos de ensino e de aprendizagem.

Com base na revisão teórica, verifica-se que o livro didático se mantém como um recurso instrucional muito presente em sala de aula. Admitido como informação científica e segura, conforme Silva (2004, p. 2), “o livro didático se transforma, para muitos professores, na principal fonte de atualização e de consulta”. Este autor afirma, ainda, que os livros didáticos apresentam limitações pedagógicas, pois são elaborados para serem utilizados em escala nacional, deixando de focar as especificidades regionais e/ou locais.

Nesse sentido, é relevante analisar a forma de abordagem dos conhecimentos e dos conteúdos referentes aos saberes geográficos, sobretudo, aqueles ligados à natureza. No caso particular desse estudo, privilegia-se, enquanto elemento de investigação, a abordagem da natureza nos livros didáticos de Geografia, que, segundo Suertegaray (2010), apresenta alguns

dilemas conceituais. Por esse motivo, é necessário analisar como essa abordagem vem sendo contextualizada e difundida na Geografia escolar.

Abordagem da natureza na Geografia: perspectivas teóricas e contextualizações

A Geografia tem como finalidade a investigação das dinâmicas da natureza e dos arranjos sociais. De forma abrangente, é uma ciência que deve se preocupar com a questão da organização do espaço e, de maneira diferenciada, promover a interação entre natureza e sociedade. Assim, busca-se realizar uma breve discussão acerca do conceito de natureza, de forma epistemológica, para sustentar teoricamente essa categoria.

No contexto epistemológico, as discussões promovidas pelos fundadores da Geografia (Ritter, Ratzel e La Blache) nortearam propostas e conjecturas, sob formas diferentes, para a interpretação do objeto, para a Geografia, da relação homem-meio (natureza). Sob esta perspectiva, resgata, a Geografia, outra categoria analítica: a sociedade. Nesta articulação, segundo Suertegaray (2001, p. 80), “[...] em seus primeiros momentos, a Geografia trabalhou mais com o conceito de comunidade do que, propriamente, com o conceito de sociedade, aqui, entendida como expressão da vida humana, através das relações sociais, temporalmente estabelecidas”.

Segundo Silva (2004), a institucionalização da Geografia Crítica introduziu um debate e uma compreensão de espaço geográfico, no qual a natureza foi concebida como recurso no processo produtivo. Nesta perspectiva, o autor afirma:

[...] a natureza faz parte da Geografia, como meio e objeto de produção, em que o planeta dá suporte, fornece recursos e é instrumento de produção. Portanto, interessava a Geografia compreendê-la nesta perspectiva, ou seja, natureza socializada, transformada e não mais natureza em si (Ibidem, p. 5).

Outras interpretações de natureza são difundidas por Seabra (1984). Este autor entende que o conceito de natureza pode ser usado em dois sentidos:

Natureza é o mundo material que nos circunda, o universo que está em constante movimento, mudança e transformação. A sociedade humana representa uma parte específica da natureza subordinada às suas próprias leis. Se entendemos natureza nesse sentido, então a sociedade humana pode ser considerada parte do conceito de ‘natureza’, mas seria algo errado dizer que as leis da natureza agem na sociedade ou que as leis da sociedade agem na natureza. As leis da natureza agem sobre o homem como um indivíduo biológico, mas não agem sobre a sociedade humana, ou sobre a categorias

sociais. Natureza num sentido mais restrito é o mundo inorgânico e orgânico estudado em ciência natural. A sociedade humana não é parte deste conceito estreito de natureza. A natureza cria e forma o ambiente geográfico da sociedade e é a base material da existência da sociedade (...) O fato de que a natureza age sobre a sociedade e a sociedade muda a natureza não afeta o caráter das leis que agem dentro da natureza e da sociedade” (Ibidem, p. 12).

A significação de natureza difundida por Seabra (1984) tem um significado relevante nesta pesquisa, pois permite concebê-la em duas dimensões, o que favorece ao debate sobre a conexão natureza-sociedade. A discussão conceitual norteia e possibilita o debate, que é fundamental à Geografia, epistemologicamente falando. A reflexão epistemológica, segundo Bispo (2012, p. 42), “[...] reorienta novas formas de procedimento, no âmbito da ciência geográfica, permite a construção de novos saberes e desperta um olhar diferenciado para o ambiente”, além de possibilitar a ampliação do desenvolvimento dos estudos sobre a questão ambiental na Geografia.

Com base nas transformações epistêmicas da ciência geográfica, a questão ambiental foi difundida como temática contemporânea e a degradação da natureza, como assunto, também, central, não, somente, devido às implicações na qualidade de vida, mas, também, na esfera do processo produtivo.

Neste momento, segundo Silva (2004), a Geografia Crítica se reavaliou e permitiu maior espaço e difusão da temática ambiental em suas análises, realizando um resgate dos estudos da natureza, concebida como natureza transformada. Essa concepção considera que “[...] é fundamental construir uma consciência ambiental e de preservação do planeta. Nesta perspectiva, a natureza é resgatada, de forma diferenciada; em alguns casos, é analisada em suas transformações e em suas derivações no processo de socialização e, em outros, resgatando sua gênese e sua dinâmica” (Ibidem, p. 6).

Segundo Suertegaray (2020, p. 10):

[...] a natureza, como categoria constituinte do espaço geográfico, é considerada externa à sociedade, sendo compreendida como a priori, na qual o ser humano individual ou social tem as possibilidades de reprodução de sua vida. Constitui, na análise geográfica, de maneira ampla, uma externalidade ao social.

Não obstante, reconhece-se que o trabalho, enquanto mediador da natureza e da sociedade, promove a constituição de uma natureza, que se denominou transfigurada. Para a autora, “[...] o termo transfiguração indica que, embora ocorra transformações nas formas e nos

processos naturais, estes a modificam, mas não a anulam” (Idem). E continua: “[...] dialeticamente, a natureza natural está presente na natureza transformada; nesta, sua presença é transfigurada” (Idem).

As distintas concepções de natureza induziram a uma busca de conceituação, chegando-se, após mais algum tempo, “[...] ao entendimento de que a natureza é tudo aquilo que se origina e se transforma, ao longo do tempo, sem intencionalidade humana, inclusive, no próprio homem, enquanto ser biológico” (Idem).

Metodologia e procedimentos operacionais

A elaboração desta pesquisa se deu, por meio das seguintes etapas: I. Levantamento bibliográfico; II. Definição e análise dos livros didáticos a serem trabalhados; III. Aplicação de questionários e de atividades em sala de aula; e IV. Análise dos conceitos, identificação de elementos norteadores e representação e interpretação dos resultados encontrados, no âmbito da abordagem da natureza. Os procedimentos utilizados, durante o desenvolvimento do trabalho, correspondem aos fundamentos operacionais adotados nas quatro diferentes etapas.

O levantamento bibliográfico incluiu a aquisição de bases teórico-metodológicas, disponíveis em artigos, em capítulos de livros, em livros, em dissertações e em teses. Realizou-se a busca desses materiais bibliográficos em periódicos especializados em Geografia e em bancos de dados *online* (repositórios institucionais), bem como no catálogo de teses, disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Para a realização desta etapa, buscaram-se, essencialmente, reflexões teóricas sobre temáticas inerentes à abordagem da natureza e aos conteúdos escolares, além de outras, acerca do ensino de Geografia e do livro didático.

Em seguida, realizaram-se a definição e a análise de livros didáticos de Geografia – etapa fundamental na seleção dos livros didáticos –, tendo sido escolhidos sete livros, relativos ao Ensino Fundamental II. A definição destes livros estava amparada na experiência de realização do Estágio Supervisionado em Geografia, atividade concretizada em duas escolas públicas, situadas na cidade de Cáceres, estado de Mato Grosso.

A escolha dos livros didáticos ocorreu, também, durante experiências conduzidas no Programa Residência Pedagógica. Outra justificativa, para a definição dos livros, associa-se ao fato de serem materiais muito utilizados e divulgados, pelas editoras, nas escolas públicas de Mato Grosso. A Tabela 1 destaca os livros, que foram utilizados no desenvolvimento da pesquisa e na concretização das análises.

Tabela 1 - Livros utilizados no desenvolvimento da pesquisa.

Livro	Série	Título da obra e autores	Ano de publicação
1	6º	Expedições Geográficas – <u>Melhem Adas</u> e Sergio Adas	2014
2	7º	Expedições Geográficas – <u>Melhem Adas</u> e Sergio Adas	2011
3	8º	Expedições Geográficas – <u>Melhem Adas</u> e Sergio Adas	2011
4	7º	Geografia: ensino fundamental anos finais - Fernando dos Santos Sampaio e Marlon Clovis Medeiros	2015
5	7º	Observatório de Geografia - Regina Araújo, Ângela Corrêa da Silva e Raul Borges Guimarães	2009
6	7º	Geografia - Estudos para compreensão do espaço: O espaço geográfico do Brasil - James e Mendes.	2014
7	8º	Geografia: homem e espaço - <u>Elian Alabi Lucci</u> e Anselmo Lazaro Branco	2012

Fonte: Organizado pelo autor (2021).

Posteriormente, buscou-se analisar os livros didáticos, fase na qual, de forma operacional, optou-se por elaborar uma ficha de avaliação dos conteúdos referentes à natureza. É importante ressaltar que tal avaliação se baseou na pesquisa desenvolvida por Silva (2004), que investigou a abordagem da natureza nos livros didáticos de Geografia.

No entanto, algumas adaptações foram feitas, para adequar e para articular a proposta aos objetivos deste trabalho. Para a realização desta etapa, consideraram-se os seguintes aspectos:

- 1) Estrutura e conteúdo: síntese sobre o conteúdo proposto em cada livro, tomando como referência o sumário, os capítulos e os subcapítulos.
- 2) Conceitos e concepções de natureza: análise da contextualização de natureza presente em cada livro. Nesse aspecto, foi necessário verificar se a discussão realizada concebe a natureza como elemento de externalidade ou de articulação com a sociedade.
- 3) Consistência, clareza e adequação: consistência, em relação ao conhecimento atual. Verificar se os conteúdos estão atualizados e corretamente apresentados, considerando o acúmulo de conhecimento sobre a natureza na contemporaneidade. Nesse aspecto, é importante avaliar se a linguagem utilizada na construção do conhecimento da natureza está adequada ao nível de ensino a que a obra se propõe.
- 4) Lacunas na construção dos conceitos: avaliar a presença de lacunas ou inconsistências na formulação dos conceitos e/ou outras informações relativas ao tema.
- 5) Elementos ilustrativos: avaliar se os livros apresentam figuras, imagens e/ou mapas, que representam a natureza, para facilitar a compreensão dos conteúdos sobre esse tema.

Após o agrupamento das informações e dos aspectos descritos, elaborou-se um quadro-síntese, com categorização avaliativa pautada em três critérios: “sim”, “regular” e “não”.

A terceira etapa foi organizada, por meio da aplicação de questionários e de atividades em sala de aula, realizada através da participação de alunos do Ensino Fundamental II. No total, 60 alunos, estudantes do 6º, do 7º e do 8º anos, participaram desta fase da pesquisa. No desenvolvimento desta etapa, buscou-se investigar a representação da natureza e/ou a representação dos elementos da natureza, por meio do questionário (Figura 1) e com base na seguinte pergunta: Quais dos elementos a seguir fazem parte da natureza?

Figura 1 - Modelo de questionário aplicado em sala de aula.

()	ROCHAS	()	AGRICULTURA
()	NUVENS	()	ANIMAIS
()	SOLO	()	INDÚSTRIAS
()	CIDADES	()	VEGETAÇÃO
()	MAR	()	RELEVO
()	CULTURA	()	RIOS (Água)
()	CHUVA	()	SOCIEDADE

Fonte: Organizado pelo autor (2021).

Após a obtenção das respostas dos alunos sobre os elementos, que fazem parte da natureza, elaboraram-se gráficos, para representação, organização e análise dos dados. Esta última etapa teve como objetivo a demonstração e a interpretação dos resultados encontrados sobre a abordagem da natureza no Ensino Fundamental II.

Resultados e discussões

As concepções, em torno do conceito de natureza

Cada sociedade elabora uma representação própria do que seja a natureza, o que nos alerta contra a “naturalização” de perspectivas hegemônicas, em torno deste conceito (LIMONAD, 2007). Portanto, natureza é um vocábulo com distintas significações e dimensões conceituais, sobre o qual se pretende, nesta seção, apresentar os principais entendimentos. As concepções de natureza destacadas no Quadro 1 são interpretações apontadas por Venturi (2006) e por Afonso (2015).

Quadro 1 - Concepções de natureza.

ELEMENTO NORTEADOR	CONCEITO
Mundo Natural adverso	Forças e fenômenos naturais: tempestades, vulcões, terremotos entre outros
Recurso	Fonte de recursos para atender interesses humanos, como forma de satisfação de suas necessidades físicas e culturais
Objeto	Recurso, mercadorias, passíveis de serem avaliadas como um valor ou bem, tendo em vista as possibilidades de usá-los em função dos interesses humanos
Sujeito (relação Natureza e sociedade)	Interação radical (deterioração) e mesmo espiritual (valorização) com os elementos da natureza

Fonte: Adaptado pelo autor (2021), a partir de Venturi (2006) e Afonso (2015).

Por meio das concepções, verifica-se que o conceito de natureza apresenta diferentes paradigmas, agrupando-os em quatro elementos norteadores: mundo natural adverso, recurso, objeto e sujeito. Esses pressupostos indicam, por exemplo, distintas perspectivas de racionalidades, que se contrapõem: uma delas se refere à concepção de controle (objeto), outra a concebe como recurso e as demais racionalidades permitem difundir aspectos sublimes (fenômenos e valorização) na busca de interações com a sociedade.

As abordagens da natureza como objeto ou recurso colocam a sociedade numa posição de externalidade, que contraria a concepção de integralidade sistêmica do planeta (AFONSO, 2015). Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) enfatizam que “[...] professores e alunos deverão procurar entender que sociedade e natureza constituem a base material ou física, sobre a qual o espaço geográfico é construído”, propondo, assim, uma abordagem conjunta de temas relacionados à sociedade e à natureza, dentro da Geografia escolar. Essa interação necessita, no entanto, que se compreenda a dinâmica de alguns elementos específicos e como estes são influenciados e influenciam as sociedades.

No âmbito da Geografia escolar, conforme Silva (2004, p. 4), o aluno deve perceber que a ciência geográfica promove diálogos e discussões sobre a “[...] interação entre os elementos da natureza, compreendendo que muitos processos naturais têm relação uns com os outros”. Entretanto, existem alguns dilemas conceituais sobre os conteúdos da natureza.

De acordo com Suertegaray (2010), essa concepção ainda se revela restrita, na medida em que a dinâmica da natureza ainda é pouco explicada, e ainda persistem, em parte dos livros do Ensino Fundamental II, uma influência e uma permanência da forma clássica e compartimentada de compreender e de ensinar a natureza, isto é, uma negação do conhecimento

da natureza, em sua dinâmica, e, em muitos casos, um abandono ou minimização dessa temática.

A mesma autora constatou que, nos livros didáticos de Geografia, a interação entre natureza e sociedade se dá, de maneira geral, pelo conceito de paisagem. Em alguns desses livros, a paisagem é pensada como um conjunto de elementos naturais (rochas, solos, relevo, hidrografia, vegetação e clima) e, nesse sentido, expressa uma ideia mais restrita de natureza.

Para Capel (2006), “[...] o conceito de Natureza é, sem dúvida, uma construção cultural”. Refletir sobre isso é relevante na Geografia escolar, já que tais concepções se refletem no modo como os elementos da natureza são tratados, na educação geográfica. Nesse contexto, os processos de ensinar e de aprender Geografia requerem, por um lado, o domínio teórico-metodológico dos temas estruturantes desta ciência e, por outro, o entendimento da construção do aprendizado e do desenvolvimento dos indivíduos. Com base na argumentação de Suertegaray (2010), é possível vislumbrar os novos caminhos e os avanços apresentados no ensino de Geografia e de temáticas da natureza.

Em relação aos procedimentos, observam-se propostas mais dinâmicas, mais interativas, nas quais o aluno aprende pela vivência de uma saída a campo ou de um experimento concreto. Aos poucos, novas práticas vão se difundindo e novas formas de ensinar Geografia vão se revelando. Neste contexto, os sentidos dados à natureza como categoria fundamental para a compreensão do espaço geográfico vão gradualmente ganhando destaque na reflexão sobre o ensino da Geografia (Ibidem, p. 163).

Nesse sentido, os pressupostos do fazer geográfico envolvem aspectos, associados à localização, à diferenciação, a analogias, à extensão, à ordem e à distribuição espacial dos fenômenos/processos e à determinação de conexões, de conjecturas, que contribuem no deciframento e na espacialização de distintos fenômenos da natureza, articulados com os arranjos sociais. Logo, é relevante investigar a maneira, pela qual a natureza tem sido conceituada, abordada e representada na Geografia Escolar, considerando a formação dos indivíduos e permitindo compreender a conexão entre sociedade e natureza, além de entender a espacialização e as dinâmicas dos fenômenos estudados.

Contextualização da natureza na Geografia escolar: avaliação dos livros didáticos

A discussão sobre natureza é contextualizada dentro das diferentes fases escolares e a Geografia é uma das disciplinas responsáveis por essa discussão, em distintas escalas de análise,

para obtenção de uma melhor interpretação das dimensões espaciais, das dinâmicas e das interações que ocorrem no espaço geográfico. Considerando a organização do Ensino Fundamental regular, a criança no final do período operatório concreto está no 6º ano do Ensino Fundamental II, etapa na qual conforme preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 136):

A abordagem dos conteúdos da Geografia pode colocar-se na perspectiva da leitura da paisagem, o que permite aos alunos conhecer os processos de construção do espaço geográfico. Conhecer uma paisagem é reconhecer seus elementos sociais, culturais e naturais e a interação existente entre eles; é também compreender como ela está em permanente processo de transformação e como contém múltiplos espaços e tempos

Fundamentada nos Parâmetros Curriculares Nacional e na Base Nacional Comum Curricular, verifica-se que a Geografia é o componente responsável por discussões conceituais sobre paisagem, abrangendo, sobretudo, a interface entre natureza e sociedade. Por meio da categorização avaliativa dos livros didáticos (Tabela 1), realizada na análise dos mesmos, nota-se que os aspectos: 1. Estrutura e conteúdo; 2. Conceitos e concepções de natureza; 3. Consistência, clareza e adequação; 4. Lacunas na construção de conceito; e 5. Elementos ilustrativos revelam-se bem distintos entre os materiais analisados (Quadro 2).

Quadro 2 - Categorização avaliativa dos livros analisados.

Aspecto ----- Livro	1	2	3	4	5
1	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
2	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
3	Sim	Sim	Sim	Regular	Regular
4	Regular	Regular	Sim	Regular	Sim
5	Sim	Sim	Sim	Sim	Regular
6	Regular	Não	Regular	Não	Regular
7	Regular	Não	Regular	Não	Não

Legenda:  Sim  Regular  Não

Fonte: Organizado pelos autores (2021).

Por meio da avaliação dos livros didáticos, verifica-se que os aspectos, associados à estrutura, ao conteúdo, à consistência, à clareza e à adequação apresentam categorização

satisfatória. Em relação aos conceitos e às concepções de natureza, a análise revelou elementos, que necessitam de atenção e de reformulação. A categorização indica que o 4º aspecto possui elementos, que precisam de mudanças, centradas na redução de lacunas/inconsistências sobre o tema. No último aspecto, relevou-se que a maioria dos materiais analisados têm figuras, que auxiliam nas representações da natureza e de seus elementos.

Os conteúdos sobre a natureza abordados, principalmente, nos livros 1, 2 e 5 revelam discussões sobre transformações da natureza, sobre paisagens modificadas, sobre diversidade de paisagens, sobre humanização das paisagens, sobre paisagens e diversidade cultural, sobre técnicas e natureza e sobre paisagens natural e social.

De forma abrangente, as concepções e as representações de natureza nos livros didáticos de Geografia indicam conceitos trabalhados de maneira integrada e articulada com as questões sociais. No entanto, a concepção de natureza emerge, em alguns livros, como elemento (objeto), que gera recursos para as atividades sociais, e, em outros, a concepção de natureza é, predominantemente, de externalidade à sociedade, ou seja, discute-se esse tema separado da dimensão social.

A estrutura proposta nos livros didáticos de Geografia revela evolução e adequação das formas de abordagem dos conteúdos da natureza. Contata-se que as propostas difundidas pela maioria dos livros didáticos de Geografia apresentam as transformações da natureza por seus próprios processos (erosão, erupções, terremotos, mudanças climáticas). De forma restrita, a concepção de natureza dos materiais analisados se baseia na articulação com a sociedade, porém não predomina a ideia desta como fonte natural de recursos.

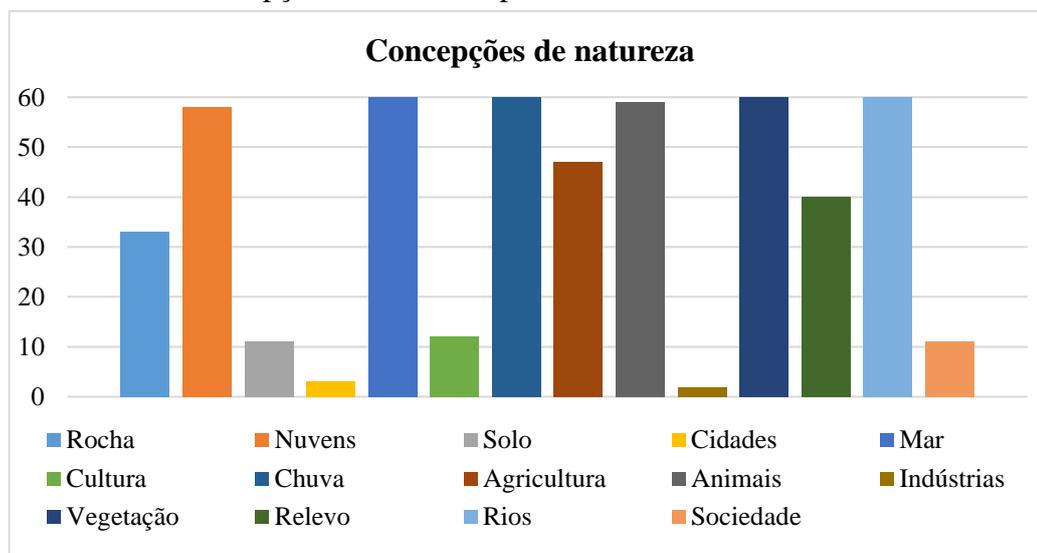
Nota-se, a partir das abordagens apresentadas nos livros, que os autores alternam conceitos de natureza como externalidade e como recurso. A discussão de natureza como sujeito, debate pontuado mais recentemente, emerge em capítulos específicos sobre preservação ambiental e sobre impactos ambientais. Portanto, a concepção de natureza nesses materiais indica a presença do pressuposto fundamental da ciência geográfica, isto é, da articulação entre natureza e sociedade. Para ampliar essa discussão, optou-se por analisar de que forma a natureza é concebida pelos alunos do Ensino Fundamental II, discussão norteadora deste trabalho, a ser realizada no tópico a seguir.

Práticas educativas: contextualização da natureza representada pelos alunos

A intenção desta pesquisa é de compreender a Geografia como ciência, que, ao contextualizar o espaço geográfico, concebe-o na sua construção interativa entre natureza e

sociedade. Nesse sentido, ao abordar a natureza, consideram-se as dinâmicas, as configurações (formas) e as conexões desta com a organização da sociedade, buscando representar os conceitos de natureza difundidos pelos alunos do Ensino Fundamental II (Gráfico 1). Assim, chegou-se este resultado, por meio da aplicação de questionários a um total de 60 alunos, estudantes dos 6º, 7º e 8º anos, pelo qual se buscou, durante a realização deste procedimento, investigar a representação da natureza e/ou dos elementos da natureza.

Gráfico 1 - Concepções de natureza para os alunos do Ensino Fundamental II.



Fonte: Organizado pelos autores (2021).

Com base nesses resultados, verificou-se que a maioria dos alunos representa a natureza, por meio dos elementos físico-naturais constituintes de sua vivência. Em outras palavras, a representação desta natureza indica componentes, que se articulam com o cotidiano observado e vivenciado pelos estudantes, tais como: chuva, nuvens, rios (água), serras (relevo), vegetação e seres vivos (animais).

No entanto, constatou-se que os estudantes compreendem a natureza, enquanto recurso (utilização humana), e o papel das intervenções sociais, que promovem transformações da natureza. Portanto, para os alunos, essas modificações integram e são elementos constituintes da natureza, mas provocam alterações em suas características e em suas dinâmicas. Os diálogos conduzidos em sala de aula revelaram que a representação de natureza, vinculada a recurso e a objeto, emerge, também, da concepção de natureza fragmentada pelos arranjos e pelas dinâmicas produzidas pela sociedade. Dessa forma, a natureza, enquanto categoria e dimensão

conceitual discutida pela ciência geográfica, envolve distintos diálogos e diferentes representações.

No contexto epistemológico, a Geografia, pensada, por vezes, como o estudo da natureza, enquanto paisagem natural, portanto, algo independente do ser humano, ao se tornar autônoma, propõe uma concepção conjuntiva (SUERTEGARAY, 2001). Dessa forma, a natureza, enquanto categoria e dimensão conceitual discutida pela ciência geográfica, envolve distintos diálogos. Os resultados indicam que os conteúdos sobre a natureza devem ser abordados de maneira coerente e de forma articulada, considerando a criticidade e a realidade de inserção dos alunos.

As discussões sobre natureza, no âmbito geográfico, permitem o desenvolvimento de conceitos fundamentais ao pensamento crítico, já que os pressupostos da Geografia possibilitam a compreensão de duas dimensões (natureza e sociedade) e permitem a interpretação das formas de atuação da sociedade nas transformações da natureza e o estabelecimento de modos de intervenção, para a obtenção da redução dos problemas, que causam impactos à natureza.

Considerações finais

Silva e Goveia (2020, p. 103) observam que:

[...] a Geografia é um componente de suma importância na grade curricular da educação básica, principalmente, para a formação dos discentes. O estudo dessa disciplina apresenta diversas possibilidades na construção do conhecimento geográfico, o qual representa uma oportunidade de aprender os fenômenos, que contribuem e que se relacionam ao espaço em que vivemos.

Os livros didáticos oferecem suporte, para que o aluno desenvolva o pensamento crítico, pois, através da abordagem do livro, o aluno passa a ter um olhar diferenciado, em relação ao conteúdo. Assim, trata-se de um instrumento importante na leitura, na observação (elementos ilustrativos), no debate e na compreensão de temas, vinculados às distintas áreas do conhecimento. Deste modo, esta ferramenta se torna importante facilitador/instrumento de trabalho pedagógico a ser utilizado pelo professor e pelo aluno.

A estrutura proposta nos livros didáticos de Geografia revela evolução e adequação da forma de abordagem dos conteúdos da natureza, concebida nos materiais didáticos, considerando quatro perspectivas conceituais: recurso, força natural, objetivo e sujeito. É necessário, portanto, que o professor faça uma boa análise dos livros e dos conteúdos neles incluídos, observando, ademais, a realidade escolar e o contexto dos seus alunos.

Por meio da análise dos livros didático, identificou-se a conjunção dos elementos da natureza e entre a natureza e a sociedade, dando significado ao estudo da Geografia. Quanto à concepção de natureza, a maior parte dos livros já incorpora a noção de natureza, no sentido de recurso, na medida em que esta é concebida como natureza transformada e que recurso implica a transformação da natureza para a utilização humana.

Neste contexto, a natureza é abordada de maneira interdisciplinar nos livros didáticos, sobretudo, nos materiais destinados ao Ensino Fundamental II, etapa em que os alunos se aprofundam na temática e desenvolvem estruturas cognitivas, para avançar na produção do conhecimento.

Dessa forma, a natureza, enquanto categoria e dimensão conceitual discutida pela ciência geográfica, envolve distintos diálogos, que se relacionam a abordagens da Geografia Física e a discussões na perspectiva social. Portanto, são temáticas de suma importância, para o desenvolvimento cognitivo e para a incorporação de conceitos e de pressupostos elementares da Geografia.

O estudo permitiu demonstrar que a maioria dos alunos representa a natureza categoricamente, através dos elementos físico-naturais, que fazem parte de sua vivência e de seu cotidiano, embora se tenha verificado, também, que os estudantes compreendem que os arranjos e as intervenções sociais são elementos constituintes da natureza, ainda que provoquem transformações em suas estruturas e em suas dinâmicas.

A abordagem da natureza indica discussões relevantes em todos os níveis escolares e o aprofundamento da temática sobre os conceitos de natureza revela distintas formas de interpretação. Tais discussões, na Geografia Escolar, permitem demonstrar e esclarecer um dos pressupostos fundantes da ciência geográfica: a relação natureza e sociedade, além de estabelecer as diversas noções, articuladas à localização, à distribuição espacial dos fenômenos (naturais e sociais) e ao equilíbrio entre os elementos da sociedade e da natureza, com a consequente caracterização dos diversos ambientes, que estruturam o espaço.

Ao finalizar esta pesquisa, grifamos a importância de discutir as concepções de natureza no Ensino Fundamental II, enfatizando debates e conjecturas conceituais essenciais na Geográfica, como a relação entre natureza e sociedade. Essa discussão conceitual permite a construção do conhecimento geográfico, pois, aos poucos, novas dimensões conceituais vão sendo elaboradas, divulgadas e incorporadas, enquanto novas formas de ensinar e discutir Geografia vão se revelando.

Referências

- AFONSO, A. E. A Geografia da natureza no ensino de geografia: propostas para a educação ambiental e preventiva de riscos naturais. **Revista Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 83-93, jul./dez. 2015.
- BISPO, M. O. A concepção de natureza na Geografia e a relação com a educação ambiental. **Revista Terceiro Incluído**, v. 2, n. 1, p. 41-55, jan./jun. 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos: PNLD: Geografia**. Brasília: MEC, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. História e Geografia**. Brasília: MEC, 1998. 156 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2020.
- CALLAI, H. C. Escola, cotidiano e lugar. In: MARGARIDA, M.; BUITONI, S. (Org..). **Geografia: ensino fundamental**. Coleção Explorando o Ensino, v. 22, Brasília: MEC, 2010. 252 p.
- COPATI, C. Livro didático de geografia: da produção ao uso em sala de aula. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, Porangatu, v. 6, n. 2, p. 74-93, 2017.
- CAPEL, H. Natureza e cultura nas origens da Geologia espanhola. **GEOUSP**, São Paulo, n. 19, p. 9-31, 2006.
- CASTROGIOVANNI, A. C. Lugar, no-lugar y entre-lugar. Los ángulos del espacio turístico. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos, v. 16, n. 1, p. 5-25, 2007.
- CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 3. ed. São Paulo: Papirus, 1998. 192 p.
- CAVALCANTI, L. S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.
- LIMONAD, E. A natureza da questão ambiental contemporânea: subsídios para um debate. **Geografias - Rev. do DGEO e do PPGG, IGC-UFGM**, v. 3, n. 1, 2007.
- MORAIS, Eliana Marta Barbosa de. **O ensino das temáticas físico-naturais na Geografia escolar**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- PINTO, B. L. Análise comparativa do conteúdo de solos a partir dos livros didáticos adotados em escolas públicas no semiárido baiano. **Revista Geoaraguaia**, Barra do Garças, v. 6, n. 2, p. 47-60, 2016.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007. 383 p.

RAUBER, J.; TONINI, I. M. Livro didático de Geografia: pensando as aprendizagens. In: Encontro de Práticas de Ensino de Geografia da Região Sul, 2., 2014, Florianópolis, SC. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

ROSSATO, M. S.; SUERTEGARAY, D. M. S. pesquisa no ensino de Geografia como possibilidade de diálogos trans e interdisciplinares. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 18, n. 2, p. 57-76, maio/ago. 2014.

SEABRA, M. F. G. Geografia(s)? **Orientação**, São Paulo, n. 5, p. 9-17, 1984.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SILVA, D. M. **A Geografia que se ensina e a abordagem da natureza nos livros didáticos**. 2004. 112f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, 2004.

SILVA, I. A. S.; GOVEIA, C. R. Ensino do clima e dos componentes físicos-naturais: propostas didáticas e construção do conhecimento. **Revista Ensino de Geografia (UFPE)**, v. 3, n. 3, 2020.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico um e múltiplo. **Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, Universidade de Barcelona, v. 5, n. 93, p. 79-104, 2001. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/313>. Acesso em: 5 abr. 2021.

SUERTEGARAY, D. M. A. Sobre a Geografia Física no Ensino Fundamental e Médio. In: Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 10., Rio de Janeiro, 2003. **Temas e Debates da Geografia Física na Contemporaneidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2003a. 1 CD-ROM.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia e interdisciplinaridade. Espaço geográfico: interface natureza e sociedade. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 43-53, jan./jun. 2003b.

SUERTEGARAY, D. M. A. Natureza: concepções no ensino fundamental de Geografia. In: MARGARIDA, M.; BUITONI, S. (Org.). **Geografia: ensino fundamental**. Brasília: MEC - Secretaria de Educação Básica, 2010. 252 p. (Coleção Explorando o Ensino, v. 22)

SUERTEGARAY, D. M. A. A pesquisa: areais e arenização, o ponto de partida para uma reflexão em Geografia. **Revista Ciência e Natura (UFSM)**, v. 42, Ed. Esp. 40 anos, 2020.

TROLL, C. El paisaje geográfico y su investigación. In: MENDONZA, J. G.; JIMENEZ, J. M.; CONTERO, N. (Org.). **El pensamiento geográfico. Estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias actuales)**. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

VENTURI, L. A. B. Recurso Natural: a construção de um conceito. **GEOUSP**, n. 20, p. 9-17, 2006.

Recebido em 10 de fevereiro de 2021.

Aceito em 08 de abril de 2021.

Publicado em 19 de maio de 2021.